

NECESSIDADE E GESTÃO DAS TROPAS ESPECIALIZADAS DA POLÍCIA MILITAR NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO NO ESTADO DE GOIÁS

NEED AND MANAGEMENT OF THE MILITARY POLICE SPECIALIZED TROOPS IN COMBATING THE CRIME ORGANIZED IN THE STATE OF GOIÁS

MORAIS, Flávio Lima de¹
MARQUES NETO, Valdivino Dias²

RESUMO

O presente artigo verificou a atuação das tropas especializadas da Polícia Militar do Estado de Goiás em face do crime organizado, bem como a capacitação da tropa convencional frente ao cometimento de crimes mais complexos. Estabeleceu-se um estudo dos quatro principais grupos especializados do Estado de forma a demonstrar as suas principais atribuições, assim como a importância da capacitação de cada policial pertencente a esses grupos. Para isso, foram realizadas pesquisas de campo em consonância com o levantamento de dados estatísticos dos grupos em estudo, e entrevistas com representantes de cada grupo especializado. Foi constatado que a tropa especializada possui várias particularidades na área operacional que proporcionam um resultado satisfatório no combate aos delitos de maior gravidade. Restou claro que a capacitação em cursos específicos, armamento e equipamento adequados, maior número de policiais na viatura e policiais mais vocacionados para a prestação do serviço, são fatores que contribuem para as ações exitosas desses grupos. Conclui-se que a tropa especializada se faz necessária no combate ao crime organizado, sendo uma força de apoio primordial à tropa convencional, e que a atuação dessa se pauta no cumprimento fiel de protocolos operacionais que proporcionam o sucesso em suas atuações.

Palavras-chave: Polícia Militar do Estado de Goiás. Tropas especializadas. Crime Organizado. Tropa convencional.

ABSTRACT

This article verified the performance of the specialized troops of the Military Police of the State of Goiás in the face of organized crime, as well as the training of the conventional troops against the commission of more complex crimes. A study of the four main specialized groups of the State was established in order to demonstrate its main attributions, as well as the importance of the training of each police officer belonging to these groups. For this, field research was carried out in consonance with the collection of statistical data of the groups under study, and interviews with representatives of each specialized group. It was verified that the specialized troop has several particularities in the operational area that provide a satisfactory result in the fight against the most serious crimes. It was clear that the training in specific courses, adequate

¹ Aluno do Curso de Formação de Oficiais do Comando da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás – CAPM, flaviodireitoug@hotmail.com; Goiânia – GO, agosto de 2018.

² Professor orientador: Doutorando em Direito Penal, MBA em Atividade de Inteligência de Segurança Pública, eodmaster46@gmail.com, Goiânia – GO, agosto de 2018.

equipment and equipment, more police in the car and police officers more dedicated to providing the service, are factors that contribute to the successful actions of these groups. It is concluded that the specialized troops are necessary in the fight against organized crime, being a primary support force for the conventional troops, and that the action of this is based on the faithful fulfillment of operational protocols that provide the success in their actions.

Keywords: Military Police of the State of Goiás. Specialized troops. Organized crime. Conventional troops.

1 INTRODUÇÃO

A Polícia Militar do Estado de Goiás, assim como as demais do Brasil, possui em sua estrutura organizacional determinadas tropas com atribuições não convencionais, responsáveis pela execução de serviços de um maior grau de complexidade e em situações específicas. As tropas especializadas da PMGO são detentoras de uma formação e capacitação diferenciadas do restante do efetivo, qualificação que advém dos cursos de especialização ofertado ao policial militar que almeja o ingresso nessas tropas. Ao proporcionar uma especialização a esses grupos, a PMGO vai ao encontro de uma gestão qualificada da sua atuação, sustentada estrategicamente por um equilíbrio entre os seus objetivos e pela distribuição de seus recursos existentes (humano e material).

A existência de grupos com uma formação específica na área operacional do serviço policial militar garante à tropa convencional maior tranquilidade no momento de sua atuação, haja vista a possibilidade de um apoio/ajuda em face de uma ocorrência de maior gravidade que possa surgir. Tal situação corrobora e torna evidente o principal objetivo das tropas especializadas, que é apoiar as tropas convencionais no serviço operacional, visando sempre à manutenção da ordem pública.

O estudo e a relevância da pesquisa no âmbito da Polícia Militar de Goiás justificam-se devido à dinamicidade do crime, que vive em constante mudança, sendo que a criação de tropas especializadas, através de uma gestão voltada para a baixa de índices criminais e repressão a delitos de maior gravidade, faz-se necessária. Em virtude do crescimento do crime organizado e da complexidade de alguns delitos (roubo a banco, explosões de caixas eletrônicos e tráfico de drogas em grande quantidade), exige-se um planejamento e combate mais incisivo por parte das forças policiais em Goiás. Percebe-se também que a tropa convencional além de não possuir um preparo técnico para atuar frente a esses delitos mais complexos, também não disponibiliza de um armamento adequado para um enfrentamento à altura, valendo-se do auxílio de grupos especializados, principalmente no interior do estado.

Devido a essa crescente criminosa, na atual conjuntura, o policiamento convencional é capaz de enfrentar o crime organizado sem o auxílio das tropas especializadas? Essa modalidade de gestão, onde especializa e descentraliza determinados grupos dentro da PMGO, é salutar para a administração pública?

O presente artigo objetivou verificar a atuação das tropas especializadas no combate ao crime organizado, mostrando a sua necessidade no auxílio à tropa convencional frente a essa modalidade criminosa. De forma específica, buscou-se: identificar quais as tropas especializadas na PMGO, fazendo uma análise de seu serviço operacional, conceituar crime organizado e suas modalidades, assim como o seu crescimento, demonstrando a necessidade de uma polícia capacitada.

Com o objetivo de expor as informações de uma forma mais completa e direta possível, o referido artigo optou por explorar a pesquisa de campo aliada à busca de dados estatísticos das Organizações Policiais Militares citadas, assim como a utilização de entrevistas que serão gravadas com alguns oficiais, representantes das tropas especializadas mencionadas no trabalho.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A Polícia Militar do Estado de Goiás é composta pelos órgãos de direção, apoio e execução, sendo que a referida estruturação se dá tomando por base a finalidade precípua de cada órgão. Os órgãos de direção são encarregados do planejamento e organização da instituição, já os órgãos de apoio realizam atividade meio, atendendo a necessidade de pessoal e material, e por fim os órgãos de execução são responsáveis pela atividade fim da instituição, seguindo as orientações dos órgãos de direção e no que diz respeito a pessoal e material segue orientação dos órgãos de apoio. Esse modelo proposto vai ao encontro do que Rocha (2015) propõe, ao estabelecer que as estruturas organizacionais de hoje em dia são pautadas por um processo administrativo que envolve planejamento, organização, direção e controle.

No que diz respeito ao planejamento, Oliveira (2014) assevera que o plano de ação é fruto do planejamento, e posterior organização, onde teremos a descrição de todos os recursos hábeis para se chegar aos objetivos, e de que maneira tais recursos serão empregados, identificando assim as tarefas que serão desempenhadas por cada órgão ou profissional dentro da organização. Uma instituição bem estruturada garante a solidez dos processos decisórios, sendo que estes são alimentados por informações e apoio dos profissionais que sabem de suas atribuições, garantindo assim uma melhor prestação de serviço por parte da PMGO.

A criação das tropas especializadas no Estado de Goiás é feita por meio de portaria assinada pelo Comandante Geral, sendo que, historicamente, a sua motivação está vinculada ao aumento do número de crimes de alta complexidade. No início da década de 80, devido à crescente onda de roubo a bancos foi anunciada a criação da primeira tropa especializada pertencente à Polícia Militar do Estado de Goiás, conforme Santos (2014). Como se observa, o ambiente externo sempre influencia nas ações dos órgãos de segurança pública, fazendo com que estes atuem de forma a amenizar ou anular os problemas que possam surgir.

Para Rocha (2015), ao se notar a influência do ambiente externo na formação estrutural de uma organização, passa-se a adotar as contribuições da Teoria Sistêmica da Administração, onde uma instituição ou empresa passa a ser vista como um todo composta pelas demais partes, dando fundamentação para a sua subdivisão/departamentalização.

Dentro da estrutura organizacional da PMGO, os grupos especializados estão inseridos dentro dos respectivos Comandos Regionais a que pertencem, sendo classificados como órgãos de execução, conforme organograma institucional. Rocha (2015) afirma que essa estrutura formal é estabelecida pelas lideranças baseando-se em regras e normas já definidas, trazendo uma estrutura de poder e comunicação bem formadas, além disso, proporciona uma descentralização de autoridade e responsabilidades por toda a instituição, na busca de se atingir os objetivos e resultado.

A estabilidade da instituição está diretamente ligada com a sua estrutura formal, e conseqüentemente com o seu desenho organizacional, que segundo Chiavenato (2002) é realizado para dar a estrutura da organização e suporte para a criação de sua estratégia, sendo coerente com as tomadas de decisões, norteando uma correta divisão e coordenação do trabalho, levando-se em consideração os ambientes, as características e a tecnologia, já que tem influência direta no comportamento e nos resultados das instituições.

Cunha (2017) nos mostra que a criação das tropas especializadas se deu em virtude do crescimento de delitos mais graves, delitos estes que passaram a ser planejados e orquestrados por determinados grupos de criminosos na década de 70. De acordo com Cunha (2014), crime organizado ou associação criminosa é a reunião de 04 (quatro) ou mais pessoas de forma organizada, bem estruturada, com a presença de divisão de tarefas, objetivando sempre uma vantagem de qualquer natureza, utilizando para isso a prática de infrações penais com penas máximas superiores a 04 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transacional.

Abstrai-se do conceito de crime organizado ou associação criminosa que este também possui uma estrutura organizacional informal, não possuindo regulamentos ou normas para sua sustentação. Segundo Rocha (2015) na estrutura informal a autoridade surge de forma horizontal e a sua liderança é aceita de forma natural até mesmo pelos demais de mesma

hierarquia, porém não há estabilidade devida a ausência de normas e regulamentos, sendo a sua base construída apenas nas relações e comunicações feitas no cotidiano.

No contexto nacional, Cunha (2017) relata que o crime organizado teve sua aparição nos anos 70, devido ao contato de presos políticos oriundos da ditadura militar com presos comuns no presídio de Ilha Grande no estado do Rio de Janeiro, onde estes estavam reclusos em face de crimes de roubo e sequestro. De acordo com Silva (1998) a origem do crime organizado no Brasil foi fruto da prática de determinados delitos pelas quadrilhas da época aliado com o conhecimento repassado a estes criminosos pelos presos políticos, unindo a parte da execução com o fomento intelectual.

Foi através desta união de esforços que nasceu a primeira e mais conhecida facção criminosa brasileira, o Comando Vermelho, que passou a atuar no Rio de Janeiro de forma organizada e bem estruturada, obtendo lucratividade e aumentando seus membros, de acordo com o que estabelece Cunha (2017). Schelavin (2011) estabelece que antes dos anos 80 os crimes de roubo e sequestro eram os mais lucrativos, mas a partir de então o tráfico de drogas passou a ser mais rentável e menos perigoso para a atividade criminosa.

Um fator preponderante para o fortalecimento da facção criminosa intitulada Comando Vermelho foram as eleições no governo do Rio do ano de 1982, onde Leonel Brizola se sagrou vencedor. Brizola tinha em mente a implantação de um governo mais popular e direcionado para as comunidades, colocando em prática logo em seguida, sendo que no âmbito da segurança pública limitou a atuação da polícia visando coibir possíveis abusos nas comunidades por parte dos policiais. Tal atitude desastrosa foi o que deu sustentáculo para o crime, ou seja, a ausência da polícia deu margem para a instalação e permanência do crime, segundo estabelece AMORIM (2007).

Schelavin (2011) nos relata que o êxito do Comando Vermelho começou a aparecer nos anos 90, haja vista a grande lucratividade financeira nessa década, assim como o acúmulo de bens e aquisição de armamento pesado, oriundos do tráfico de drogas e se espelhando nas organizações criminosas colombianas e italianas.

O surgimento de facções criminosas não foi característica somente do estado do Rio de Janeiro, observa-se também que em São Paulo houve a necessidade de uma liderança no cenário criminal penitenciário, nascia no ano de 1993 o Primeiro Comando da Capital (PCC). Segundo Souza (2006) a origem do PCC se deu em virtude da transferência de 08 presos de penitenciárias paulistas para um presídio da cidade de Taubaté, no mesmo estado, em decorrência de problemas disciplinares, haja vista ser tal presídio considerado bem rígido e temido pelos demais detentos. Esses 08 detentos lá chegando se denominaram Comando da Capital e começaram a ganhar força naquela penitenciária, de acordo com Souza (2006).

Foram feitas alianças com os demais presos espalhados por todo o estado de São Paulo, onde o Primeiro Comando da Capital (PCC) passou a dominar e espalhar sua ideologia por todo o território paulista. Utilizando uma forma diferenciada de agir, o PCC passou a atuar dentro e fora dos presídios, além de protestar através de rebeliões violentas com o intuito de garantir benesses dentro do sistema prisional, passou também a orquestrar crimes e espalhar terror fora dos limites carcerários, criando um caos na vida das pessoas que estão em liberdade e principalmente atacando membros das forças de segurança, é o que relata SCHELAVIN (2011).

A atividade criminosa dessas facções se alastrou por vários estados, vindo a se estabelecer também em Goiás. De acordo com Cunha (2017), Primeiro Comando da Capital e Comando Vermelho já marcam presença em diversas unidades prisionais em Goiás, sendo que a atividade do tráfico de drogas, fora dos presídios, é toda ela gerenciada pelos líderes que estão encarcerados. Por ser uma atividade altamente lucrativa, há bastante rivalidade dentre essas duas facções, proporcionando mortes entre seus membros e também o cometimento de vários outros delitos no estado, como roubo a veículos, explosões de caixas eletrônicos, tráfico de armas, dentre outros, conforme nos traz MORAES (2015).

Em decorrência dessa escalada da criminalidade no Estado de Goiás, a PMGO vem buscando sempre garantir a paz social e a melhoria na prestação de serviço. No ano de 2004 foi criada uma doutrina institucional, Procedimento Operacional Padrão – POP na Polícia Militar de Goiás, visando uma padronização dos procedimentos e garantir aos policiais condições técnicas para enfrentar os desafios da criminalidade. (GOIÁS, 2014).

O POP é considerado um instrumento de gestão de qualidade, tendo em vista que descreve de forma pormenorizada toda a atividade operacional do Policial Militar, nas mais diversas situações, objetivando sempre a prestação de um serviço de forma eficiente e isento de erros (GOIÁS, 2014).

Mesmo abarcando diversas situações, o Procedimento Operacional Padrão da PMGO não consegue orientar o policial militar para todas as ocorrências existentes no âmbito operacional, sendo que em determinadas situações a sua resolução dependerá da experiência e do conhecimento técnico do policial. A tropa convencional é formada e treinada apenas para lidar, de forma precípua, com as ocorrências de menor gravidade, fato perceptivo no próprio Procedimento Operacional, onde estabelece as composições das equipes (02 ou no máximo 03 policiais por viatura), armamento empregado (arma longa é exceção), orientando sempre às equipes a solicitação de apoio à tropa especializada quando a situação exigir, ou seja, em caso de ocorrências de maior gravidade. (GOIÁS, 2014).

Ocorrências de maior gravidade, na maioria das vezes, são perpetradas por organizações criminosas com alto poder bélico e com um número grande de autores, vindo de encontro à realidade da tropa convencional. Visando dar uma resposta à altura no enfrentamento a essa modalidade criminosa, o Comandante Geral passou a editar portarias para a criação de grupos especializados por todo o Estado de Goiás, conforme dispõe SANTOS (2014).

Todo o efetivo de um grupo especializado da PMGO passa por um curso específico na área de sua atuação com o intuito de preparar o policial militar para as mais complexas ocorrências do dia a dia. Além de preparar o policial tecnicamente, as tropas especializadas possuem uma melhor estrutura operacional, no que diz respeito ao material empregado em serviço e também na quantidade de policiais por equipe (04 policiais), incluindo viaturas maiores e mais potentes, segundo relata SANTOS (2014).

O preparo técnico-profissional do policial militar especializado é, sem dúvida, primordial para a obtenção do êxito nas ocorrências de maior gravidade, sendo que a capacitação doutrinária juntamente com viaturas adequadas e um armamento diferenciado e moderno, só servem para o fortalecimento e crescimento da instituição, é o que estabelece SIQUEIRA (2017).

A criação de grupos especializados em vários municípios goianos nos mostra uma descentralização do serviço especializado, onde a grande maioria desses grupos estava presente somente na capital do estado. Segundo Rocha (2015) essa descentralização é adequada quando há necessidade de distribuição de atribuições e responsabilidades de uma alta administração sobrecarregada, e também quando existe uma lentidão no processo decisório e execução por conta de uma excessiva centralização das atividades.

As tropas especializadas da PMGO inicialmente estavam presentes somente na capital do estado, sendo que com o advento da Portaria nº 975/2001, que estabeleceu a criação de Grupos de Patrulhamento Tático por todo o estado, esse cenário passou a mudar, proporcionando uma maior resposta por parte da polícia no interior do estado contra ações do crime organizado. (GOIÁS, 2001).

As principais tropas em Goiás que combatem de forma incisiva as investidas do crime organizado nos dias hoje, com o auxílio de levantamentos feitos pelo serviço de inteligência que dão direcionamento para a execução do serviço operacional, são: Rondas Ostensivas Táticas Metropolitana (ROTAM), Batalhão de Operações Especiais (BOPE), Comando de Operações de Divisas (COD), e as Companhias de Policiamento Especializado (CPE). Esses grupos possuem características voltadas para atuação com ênfase na área urbana e também rural, e em estradas do Estado. (GOIÁS, 2015).

A portaria que aprova e regula o regimento interno das Rondas Ostensivas Táticas Metropolitana (ROTAM) é a Portaria nº 7.795/2016, aprovada pelo Comandante Geral à época. Para edição desta portaria foi considerado o crescimento da criminalidade dentro de seu aspecto dinâmico na sociedade, o preparo doutrinário dentro dos princípios básicos constitucionais, e a padronização das ações policiais com o objetivo de aplicar a técnica com equipamentos, meios e armamentos disponíveis. (GOIÁS, 2016).

O Batalhão da Polícia Militar de ROTAM com circunscrição em toda a capital goiana e região metropolitana, por determinação do Comandante Geral pode descentralizar sua atuação pelos demais municípios goianos, devendo planejar, executar instruir, capacitar, e coordenar todas as ações pertinentes ao patrulhamento tático. Suas atribuições são atinentes às diretrizes estabelecidas pelo Comando Geral, que são: apoiar tática e operacionalmente as unidades de área da PMGO, assim como outras forças policiais, órgãos Ministeriais e Poderes constituídos; saturação (patrulhamento) de áreas com elevado índice de criminalidade; gerenciar e negociar crises oriundas de sua atuação; realizar abordagens à pessoas e veículos; atuar em situações de suspeitos homiziados e barricados (escondidos); combater o narcotráfico e o crime organizado; prevenir o roubo/furto a estabelecimentos financeiros, pessoas, veículos e bens; recapturar foragidos da justiça; escoltar e proteger dignitários, testemunhas, presos e valores; promover instrução, orientação e acompanhamento dos demais grupos táticos da PMGO. (GOIÁS, 2016).

A repressão às atividades do crime organizado é uma das principais atribuições do Batalhão de ROTAM, sempre com base no preparo técnico e profissional, norteado por um planejamento estratégico direcionado para o sucesso das ações da tropa. Na visão de Rocha (2015) o resultado positivo será obtido quando houver um incremento de competências aos funcionários por meio de programas de capacitação contínua, de modo a garantir a eficácia de suas atribuições.

O Batalhão de Operações Especiais (BOPE) teve sua atividade regulada através da Portaria nº 6.505/2015 que definiu sua destinação e atribuições (GOIÁS, 2015). O BOPE exercerá sua atividade em toda a circunscrição do Estado de Goiás, atuando de maneira exclusiva em relação às demais tropas da PMGO, sendo que suas atribuições serão voltadas para: situação de suspeito barricado (escondidos); resgate de reféns; gerenciamento e resolução de crises; atuar em ocorrências que envolva indivíduos com distúrbios, psicológicos, emocionais, ou mentais que estejam armados; atuação em situação de franco atirador; última resposta em rebeliões nos estabelecimentos prisionais; ameaça terrorista, e ameaça de bomba; busca e captura de suspeitos em ambiente rural ou de difícil acesso; promover instrução, orientação e acompanhamento às demais tropas da PMGO. (GOIÁS, 2015)

Com o intento de combater as ações do crime organizado, a atuação do BOPE é alicerçada pela seção de inteligência que será responsável por planejar e executar ações de inteligência, inclusive sigilosas, relativas à obtenção e análise de dados. Para isso, deverá produzir conhecimentos estratégicos, planejar e executar operações, avaliar cenários e ameaças em ocorrências de crise, executar medidas de contra inteligência, e apoiar e atuar com efetivo descaracterizado. (GOIÁS, 2015).

O crime organizado começou a se infiltrar também pelas fronteiras do Estado de Goiás, exigindo um posicionamento e resposta por parte da Secretária de Segurança Pública, e consequentemente da Polícia Militar, que vislumbrou a criação de um grupo tático específico para a repressão da criminalidade que permeava pelas estradas goianas, principalmente o tráfico de drogas, sendo que no ano de 2011 foi criado o Comando de Operações de Divisas (COD), grupo especializado da PMGO que tem o objetivo de efetuar policiamento preventivo e repressivo nas estradas que fazem a divisa de Goiás com as outras Unidades Federativas. (GIOÁS, 2014). A atuação do COD foi regulamentada através da Portaria 4.694/2014 que descreve as suas principais atribuições, que, segundo Moraes (2015), são: a repressão ao tráfico de drogas, de armas, policiamento preventivo nas estradas, e a repressão a criminosos de outros estados que se infiltram em Goiás com a intenção do cometimento de crimes graves (roubos a estabelecimentos financeiros e explosões de caixas eletrônicos, etc.).

Seguindo essa descentralização dos grupos especializados em nosso Estado, o Comando Geral ao perceber que o tempo de resposta de uma tropa especializada da Capital em uma ocorrência no interior era muito grande, e que na maioria das vezes não chegava a tempo para dar uma resposta que a situação exigia, resolveu criar Companhias de Policiamento Especializado (CPE) pelos municípios goianos, que são grupos táticos nos moldes das Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas (ROTAM), de acordo com Siqueira (2017). Os policiais militares pertencentes à CPE são possuidores de cursos especializados na área de patrulhamento tático (Curso de Patrulhamento Tático e Curso Operacional de ROTAM) e são regidos por doutrina que norteiam a atuação em serviço.

O objetivo principal para a criação das CPEs foi o de dar maior suporte à tropa convencional no interior do Estado em situações de ocorrências de vulto (de maior gravidade), em virtude do reduzido efetivo nessas localidades, e também pelo deficiente poder de fogo daqueles policiais em face das ações das associações criminosas especialistas em roubo a bancos. Conforme Siqueira (2017), há em Goiás 05 Companhias de Policiamento Especializado distribuídas pelas cidades de Aparecida de Goiânia, Anápolis, Cidade de Goiás, Jataí e Rio Verde, sendo subordinadas, estruturalmente, aos seus respectivos Comandos Regionais.

A luta contra o crime organizado exige uma resposta dura e inteligente por parte da Polícia Militar de Goiás, e nessa busca, ela vem utilizando um método de gestão que proporciona uma melhor distribuição de material humano e equipamentos por toda a extensão do Estado através da criação de grupos táticos capacitados para o desempenho da função. A melhor gestão é aquela em que os gestores não medem esforços para a obtenção do melhor resultado possível, garantindo uma prestação de serviço com excelência e conseqüentemente a satisfação do cliente, que no caso da segurança pública é a sociedade. Segundo Vaz (2006), o que proporciona uma mudança no serviço público é o uso racional dos recursos, a exigência por novos padrões de qualidade dos serviços e a pressão da sociedade no controle as ações dos agentes públicos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo científico buscou demonstrar a necessidade e a gestão das principais tropas especializadas da Polícia Militar de Goiás frente ao crime organizado, bem como analisar a capacidade da tropa convencional diante de delitos de maior gravidade, haja vista a diferenciação no preparo técnico-profissional entre esses dois modelos de policiamento.

Para tanto, em virtude da complexidade do tema, foram utilizadas entrevistas estruturadas como principal método de pesquisa para uma melhor compreensão a respeito do assunto. Pautou-se pela pesquisa de campo, com a coleta de informações e dados *in loco* junto às Unidades visitadas (04 tropas especializadas – ROTAM, BOPE, COD e CPE de Aparecida de Goiânia).

Foram entrevistados 04 (quatro) Oficiais (Subalternos) representantes de cada uma das tropas especializadas estudadas no presente artigo, que serão denominados de Entrevistado 1, Entrevistado 2, Entrevistado 3 e Entrevistado 4 na fase de Resultados e discussão. A escolha destes profissionais se deu com base nas experiências vividas frente às ocorrências de maior gravidade, haja vista estarem lidando diretamente na linha de frente com o crime, e na especialização e capacitação que possuem no que diz respeito aos cursos especializados. As entrevistas foram previamente agendadas através de contato telefônico e gravadas em mídia nas Unidades Militares pertencentes a cada entrevistado para posteriormente serem transcritas e analisadas.

Após coleta de dados, por meio da pesquisa qualitativa e de buscas estatísticas, todas as informações obtidas foram organizadas no software Excel para a possibilidade de uma representação gráfica, e conseqüentemente uma melhor análise e discussão dos dados coletados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através das entrevistas constatou-se que a tropa especializada possui várias particularidades que possibilitam um maior destaque na seara operacional dentro da Polícia Militar do Estado de Goiás em relação à tropa convencional. Ratificando-se assim a sua necessidade e efetividade no enfrentamento ao crime organizado.

Para o Entrevistado 1, a especialização e capacitação dos policiais militares é de suma importância para a qualidade do serviço prestado, tendo em vista que tais policiais recebem uma melhor qualificação e um direcionamento para lidarem com novas situações nas quais não são ensinadas nos cursos de formação.

Tal entendimento coaduna com o que dispõe Santos (2014), onde relata que a tropa especializada adquire um preparo técnico-profissional mais aprofundado, assim como material bélico diferenciado para ser empregado no serviço, estando todos aptos a enfrentarem situações adversas.

No que diz respeito à gestão empregada pela Polícia Militar de Goiás que proporcionou a criação de vários grupos especializados em várias partes do Estado, o Entrevistado 1 se mostrou satisfeito e ressaltou a eficiência da criação e atuação desses grupos no interior do Estado no combate ao crime organizado, mencionando inclusive o efeito psicológico da simples presença dos grupos especializados em certas localidades, fazendo com que o criminoso pense duas vezes antes de cometer o delito. Contudo, ele levanta um ponto que pode ser uma fraqueza nesse modelo de gestão, que é a formação diferenciada dos policiais especializados, ou seja, os policiais podem ser formados de maneira diferente para executarem o mesmo serviço. É o que ele (entrevistado) chamou de “quebra de doutrina”.

Esse entendimento vai ao encontro com o que Cunha (2017) estabelece quando leciona que a criação das tropas especializadas se deu em virtude do aumento dos crimes graves e sua dispersão pelo interior do Estado, fazendo com que o Comandante Geral da Polícia Militar de Goiás editasse portarias para a criação dos referidos grupos, onde trouxe bons resultados no embate contra o crime.

De acordo com o Entrevistado 2, a gestão descentralizada que propiciou a criação de vários grupos especializados foi, e é, extremamente exitosa, mas para manter esse sucesso tem que haver um investimento por parte do Estado nas bases desses grupos, com aumento de efetivo e modernização de materiais utilizados em serviço. Ele menciona que o investimento

empregado é traduzido em resultados, onde houve uma resposta por parte da polícia contra as ações do crime organizado, com grandes apreensões de drogas e armas.

Segundo Rocha (2015), uma gestão descentralizada é adequada quando há necessidade de distribuição de responsabilidades, e foi o que ocorreu para a criação dos grupos especializados, a administração vislumbrou a carência desses grupos pelo interior do Estado e fez com que o Comandante Geral editasse instrumentos normativos para a sua criação, amenizando assim a demanda dos grupos da capital.

No que tange à capacidade da tropa convencional para o enfrentamento do crime organizado, o Entrevistado 2 afirma que o policiamento convencional não tem as devidas condições para lidar com o crime organizado, tendo em vista que essa modalidade de policiamento tem apenas o preparo para um patrulhamento rotineiro, do dia a dia, ausente de uma capacitação técnica suficiente para combater delitos mais graves. Segundo ele, a tropa convencional existe para o atendimento de ocorrências corriqueiras, para fazer um primeiro atendimento ao cidadão, já que possui equipamentos e condições técnicas limitados, e caso apareça uma ocorrência mais grave, faz-se necessário o chamamento de uma equipe especializada que é treinada para esse tipo específico de ocorrência.

Essa informação converge com o que Santos (2014) relata, ao deixar claro que a tropa especializada tem capacidade técnica superior à convencional em virtude dos ensinamentos ofertados nos cursos especializados com uma carga grande de matérias específicas voltadas para o patrulhamento tático, armamento e tiro, educação física, dentre outras. Sendo assim, o policial de uma tropa especializada está preparado para todo o tipo de ocorrência e condicionado a suportar todas as adversidades do serviço operacional.

O Entrevistado 3 expõe que a tropa convencional não tem capacidade para enfrentar o crime organizado, pois a atuação preventiva não se mostra suficiente para debelar o intento de grupos ligados às organizações criminosas. Ele nos traz a informação de que a atuação preventiva é extremamente importante, porém para o enfrentamento do crime organizado tem que se ter uma ênfase maior no serviço de inteligência, sendo que a atuação das unidades especializadas deve ser priorizada, pois a especificidade dos policiais envolvidos bem como a sua capacitação, estrutura logística e protocolos operacionais se mostram mais adequados.

É o mesmo pensamento de Siqueira (2017), onde estabelece que o resultado da preparação e da especialização é o êxito, em ocorrências de maior complexidade, fato inerente às Unidades Especializadas, detentoras de policiais com alto nível técnico e comprometidos com a qualidade na prestação do serviço.

Já o Entrevistado 4 garante que vários fatores são decisivos para o sucesso em uma ocorrência de alta complexidade, não é razoável pontuar apenas um aspecto. Os fundamentos

que baseiam uma atividade policial especializada são vários e indispensáveis para a atuação operacional, mas de forma superficial pode ser elencado o treinamento, planejamento e a atividade de inteligência. Há de se ressaltar também a vocação dos policiais, já que estes são altamente vocacionados e devotados a trabalharem nas Unidades Especializadas a que pertencem.

Nessa vertente, Rocha (2015) defende que o resultado positivo é obtido em virtude da capacitação dos profissionais e do incremento de competências, que resulta na eficácia de suas atribuições, proporcionando uma gestão em que os colaboradores não medem esforços para a obtenção do melhor resultado e na busca incessante da boa prestação do serviço.

O material humano é essencial para a garantia do bom serviço prestado, quando se clama por investimento na área de segurança pública, o aumento de efetivo está incluso nessas reivindicações. As tropas especializadas da Polícia Militar do Estado de Goiás estudadas no presente artigo atuam com um efetivo limitado às condições da Administração Pública e mesmo assim garantem a qualidade do serviço prestado, através do empenho e dedicação de seus membros, segundo SIQUEIRA (2017).

Contudo, segundo todos os entrevistados, a capacitação de cada policial desses grupos especializados e o treinamento constante que eles se submetem é o que proporciona o sucesso na atuação frente ao crime organizado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho possibilitou o estudo da atuação das tropas especializadas no combate ao crime organizado, assim como a capacidade da tropa convencional frente a essa modalidade criminosa, fazendo-se uma análise de seu serviço operacional. A pesquisa de campo juntamente com as entrevistas realizadas ratificou a necessidade da atuação de grupos especializados no apoio às ocorrências de maior complexidade, auxiliando as viaturas do policiamento convencional.

O artigo teve seus objetivos alcançados, sendo feito um estudo das principais tropas especializadas do Estado de Goiás, elencando suas atribuições, efetivo, área de atuação, e as características que os policiais devem ter para pertencerem a cada grupo.

Através das entrevistas observa-se que as tropas especializadas possuem um diferencial em relação à tropa convencional que é corroborado pela capacitação e especialização de seus policiais, sendo essas adquiridas em cursos específicos para cada grupo.

Com o surgimento e fortalecimento do crime organizado houve a necessidade da criação de grupos especializados para auxiliar o policiamento convencional, haja vista a incapacidade desse policiamento frente aos delitos de maior gravidade, sendo assinalado pelos entrevistados que o preparo técnico-profissional e o treinamento constante desses grupos específicos é que fazem os resultados positivos aparecerem.

Os resultados do presente artigo se tornam relevantes para a gestão da Polícia Militar de Goiás, tendo em vista que comprovaram a eficácia da criação de determinados grupos especializados pelo Estado (descentralização), distribuindo competências e atribuindo responsabilidades. Dessa forma, houve uma melhor distribuição do serviço policial e conseqüentemente um melhor enfrentamento ao crime organizado, já que estes profissionais são investidos em uma capacitação diferenciada.

Como sugestão de pesquisas futuras pontua-se o estudo dos cursos especializados na Polícia Militar de Goiás, assim como a sua diferenciação com os cursos de formação, que proporcionam níveis de conhecimento diferentes entre os profissionais.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Carlos. **CV e PCC a Irmandade do Crime**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Makron Books, 2002.

CUNHA, Rodrigo Rodrigues Araújo da. **Crime Organizado: As facções dentro das unidades prisionais do Estado de Goiás**. Artigo Científico – Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual de Goiás. Goiás, 2017. Disponível em <<https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/bitstream/123456789/431/73/Crime%20Organizado%3A%20As%20Fac%3%A7%3%B5es%20dentro%20das%20Unidades%20Prisionais%20do%20Estado%20de%20Goi%C3%A1s%20-%20Rodrigo%20Araujo%20Rodrigues%20da%20Cunha.pdf>> Acesso em: 15 de julho de 2018.

CUNHA, Rogério Sanches. **Crime Organizado: Comentários à nova lei sobre crimes organizado – Lei nº 12.850/13**. 2ª ed. Bahia: JusPodivm, 2014.

GOIÁS. Polícia Militar. **Portaria nº 6505/15: Dispõe sobre o regimento interno do Batalhão de Operações Especiais – BOPE.** PMGO, 2015.

_____. Polícia Militar. **Portaria nº 7795/16: Dispõe sobre o regimento interno e a doutrina de ROTAM.** PMGO, 2016.

_____. Polícia Militar. **Procedimento Operacional Padrão – POP.** 3ª ed. PMGO, 2014.

MORAES, Nelson David Ricardo de. **A Atuação do Comando de Operações de Divisas (COD) no Combate ao Crime Organizado no Estado de Goiás.** Artigo Científico – Curso de Formação de Oficiais da PMGO. Goiás, 2015. Disponível em <
<https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/bitstream/123456789/417/61/A%20Atua%C3%A7%C3%A3o%20do%20Comando%20de%20Opera%C3%A7%C3%B5es%20de%20Divisas%20%28COD%29%20no%20Combate%20ao%20Crime%20Organizado%20no%20Estado%20de%20Goi%C3%A1s%20-%20Nelson%20David%20Ricardo%20de%20Moraes.pdf>> Acesso em: 21 de julho de 2018.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Estrutura Organizacional: Uma abordagem para resultados e competitividade.** São Paulo: Atlas, 2014.

ROCHA, Mateus. **Análise Organizacional.** Rio de Janeiro: Estácio de Sá, 2015.

SANTOS, Renato Brum dos. **A Importância Estratégica do Patrulhamento Tático da Polícia Militar do Estado de Goiás.** Artigo Científico – Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual de Goiás. Goiás, 2014. Disponível em <
<https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/bitstream/123456789/429/3/A%20Import%C3%A2ncia%20Estrat%C3%A9gica%20do%20Patrulhamento%20T%C3%A1tico%20da%20PMGO%20-%20SANTOS%20Renato%20Brum%20dos.pdf>> Acesso em: 23 de julho de 2018.

SCHELAVIN, José Ivan. **A Teia do Crime Organizado – Poder paralelo: meios de controle.** São Paulo: Conceito, 2011.

SILVA, Ivan Luiz da. **Crime Organizado: Aspectos jurídicos e criminológicos.** Lei nº 9.034/95. Minas Gerais: Nova Alvorada Edições, 1998.

SIQUEIRA, Alex de. **Proposta de Doutrina para as Companhias de Policiamento Especializado de Goiás.** Artigo Científico – Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual de Goiás. Goiás, 2017. Disponível em <
<https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/handle/123456789/431>> Acesso em: 18 de julho de 2018.

SOUZA, Agamemnon Rocha. **Introdução à Administração.** Minas Gerais: Pontal, 2001.

SOUZA, Percival. **Sindicato do Crime**. São Paulo: Ediouro, 2006.

VAZ, José Carlos. **Monitoramento do Planejamento Estratégico em Ambientes Complexos: Conceitos e requisitos**. ENAP. 5 Cadernos EIAPP: Reflexões para a ibero-americana – Planejamento Estratégico - Brasília, 2009.

APÊNDICE 1 – Entrevista estruturada realizada com Oficiais representantes das Unidades:

ROTAM, BOPE, COD e CPE do 2º CRPM

A presente entrevista faz parte do artigo científico que busca demonstrar a efetividade das tropas especializadas, assim como suas principais características para o enfrentamento do crime organizado. Discute-se também a capacitação da tropa convencional e a importância de se ter um profissional especializado na instituição.

1. Nome completo, posto, tempo de serviço na Polícia Militar e tempo de serviço em tropa especializada.

2. Qual a importância da especialização/capacitação do policial militar?

3. Essa gestão que foi adotada pela PMGO, onde permitiu a criação de vários grupos especializados pelo Estado, foi exitosa em face do crime organizado?

4. A tropa convencional é capaz de enfrentar o crime organizado, nos moldes que vem atuando atualmente?

5. Qual é o aspecto mais importante de uma tropa especializada para garantir o sucesso em uma ocorrência de alta complexidade?
